

ARTIGO

por Murillo de Aragão

O primeiro investment grade a gente não esquece

Para a Japan Credit Rating (JCR), a mais importante agência de classificação de risco da Ásia, o Brasil já pode ser considerado "investment grade". No índice de classificação do item "dívida de longo prazo em moeda estrangeira do País" saltou para BBB- e do "dívida de longo prazo em moeda local" avançou ao BBB. O reconhecimento, ainda que ecoe sem a mesma força das grandes agências (Moody's, Fitch e Standard & Poor's), é um indicativo importante. Afinal, o primeiro "investment grade" a gente nunca esquece.

Na avaliação da empresa japonesa, o aumento do nível de confiança de investidores no Brasil é efeito da "perspectiva de que o presidente Lula conduzirá as reformas durante seu segundo mandato de modo a fortalecer a estabilidade política; a manutenção do superávit primário e o melhoramento da estrutura da dívida pública". O Banco Central, como esperado, também recebe elogios, por ter "mantido a inflação sob controle e estabilizado a taxa de câmbio".

Mesmo com a comemoração programada do Tesouro Nacional, que destacou a conquista por meio de uma nota à imprensa, continuo a ter restrições aos critérios de "formulação de risco". Fatores como segurança pública, sistema político, corrupção, burocracia, risco jurídico e risco regulatório — que inegavelmente comprometem o desenvolvimento de um país — só pesam se afetarem a condução da política econômica e, consequentemente, a capacidade de pagamento. É uma omissão perigosa.

Saudando a real possibilidade de que o Brasil seja alçado à condição de "investment grade" nos próximos dois anos pelas grandes agências de risco, não devemos perder de perspectiva as fragilidades sérias presentes em nossa conjuntura. Em boa hora, o governo promete se mobilizar para divulgar as potencialidades do Brasil no exterior. Existe muita desinformação e preconceito sobre os vícios e virtudes do país. Mas, não basta comunicar mais e melhor. O governo deve prosseguir melhorando nossos fundamentos econômicos e trabalhar para reduzir a burocracia, o risco regulatório, a pirataria, entre outros pontos que podem reduzir os benefícios de nossa futura chegada à condição de "investment grade".